

auc

P. 20

Aut X

# Deputados denunciam as mineradoras estrangeiras

Com informações do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Extrativas de Rondônia, a deputada Raquel Cândido (foto), do PMDB de Rondônia, denunciou ontem, no Congresso, as mineradoras Cesbra e Jacundá por violências contra seus trabalhadores e a flagrante infração do Código de Mineração, na medida em que estão deixando criminosamente ociosas suas áreas de lavra, para optarem pela realização de lucro fácil com a compra de minério a baixo preço, no garimpo da Linha C-75".



As mineradoras Cesbra e Ja-

cundá são de propriedade dos grupos multinacionais Brascan e BP (British Petroleum), segundo o deputado Gabriel Guerrero (PMDB-PA), grande conhecedor da questão mineral brasileira. Ele pretende pedir inspeções especiais nessas empresas tanto à Receita Federal quanto à Sudam (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), porque recebeu "informações a respeito de procedimentos fiscais e contábeis suspeitos nessas empresas e delas para com os grupos controladores".

Em telex ao Sindicato Nacional da Indústria do Estanho, Antonio Acácio do Amaral, presidente do Sindicato de Trabalhadores na Indústria Extrativa de Rondônia (Siteron) denunciou a ação dessas empresas e já ameaçou "tomar medidas severas" que poderão resultar em prejuízos "para as empresas supracitadas". A imprensa de Rondônia, segundo Raquel Cândido, vem registrando já há algum tempo "ações truculentas dessas

~~empresas~~  
empresas contra os trabalhadores e a instalação de um clima de terror no campo".

Segundo o deputado, apesar dessas empresas possuírem alvarás de pesquisa mineral em grande quantidade e extensão, elas aparentam estar muito pouco preocupadas em desenvolver os projetos, "cuja obrigação decorre dos próprios títulos de autorização de pesquisa".

Com a preferência pela compra de minério de cassiterita no garimpo da Linha C-75, ao invés da produção própria, acrescenta Gabriel Guerrero, "essas empresas integrantes dos grupos Brascan/BP demonstram claramente a negação de dois pressupostos que recomendam a autorização para atuação de empresas estrangeiras no setor mineral brasileiro: os investimentos em pesquisa e a qualidade técnica nos métodos de sua lavra".

### Sonegação

Para reduzirem seus custos de administração, já que estão com-

prando quantidades crescentes de minério no garimpo (a preços mais baixos), explica a deputada Raquel Cândido, tanto a Cesbra quanto a Jacundá estão demitindo seus funcionários. "E esse pessoal acaba forçado a ir trabalhar no garimpo para os antigos empregadores, sem que as empresas tenham encargos sociais", lamenta.

Mas não são apenas problemas com o Código de Mineração (infração de seus dispositivos) ou a CLT (violência contra trabalhadores) que a Cesbra e a Jacundá estão provocando, na opinião dos parlamentares. Eles também têm informações sobre procedimentos que configurariam "sonegação fiscal".

Raquel Cândido explica: essas empresas, por atuarem na Amazônia, são beneficiadas com isenção do imposto de renda, através de projetos aprovados pela Sudam; essa isenção, no entanto, abrange somente a produção própria, gerada em projetos específicos e aprovados um a um.

"Ao comprarem o minério do garimpo, no entanto — denuncia a constituinte — essas empresas fazem constar como produção de suas minas e, com isso, ficam isentas do imposto de renda indevidamente, aumentando também impropriamente seu lucro líquido".

Dentro desse quadro, acrescenta Gabriel Guerrero, essas empresas estariam desprezando até mesmo itens que obrigatoriamente deveriam ser mantidos para continuarem gozando dos incentivos da Sudam. A manutenção de escolas e hospitais, nas minas, por exemplo. As escolas já foram desativadas e seus funcionários demitidos.

### Violência

Especificamente na área da mineração Jacundá, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Extrativas de Rondônia denunciou a existência de "um exército particular", comandado por Antonio Parisi, que maltrata o pessoal.

Antonio Acácio Moraes do Amaral, presidente do Siteron, acusa esse "exército particular" de práticas de tortura, cárcere privado e ameaças contra os trabalhadores da empresa, "principalmente aqueles que são simpáticos à organização sindical da classe". A violência aumentou com a chegada do ex-coronel Ruben Sampaio como diretor-administrativo da empresa.

Os constituintes Raquel Cândido e Gabriel Guerrero pretendem preparar um "dossiê" com todas as denúncias e informações sobre irregularidades nas mineradoras Cesbra e Jacundá, encaminhando cópias com pedidos de providências para os ministérios do Trabalho (questões trabalhistas), Fazenda (problemas fiscais), Previdência (descumprimento da legislação própria), Minas e Energia (infrações do Código de Mineração) e Justiça (para que a Polícia Federal investigue as denúncias de maus tratos).